

Moção Temática

» COMBATER A CORRUPÇÃO «

Considerando que,

- a) A Constituição Portuguesa prevê a existência de três tipos de atos legislativos: as leis, os decretos-leis e os decretos legislativos regionais. As leis provêm da Assembleia da República, os decretos-leis do Governo, e os decretos legislativos regionais, das assembleias legislativas regionais dos Açores e da Madeira.
- b) As leis são desenvolvidas e apresentadas por deputados ou grupos parlamentares (projetos de lei), ou, pelo Governo, Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas, e em determinados casos, por um grupo de cidadãos leitores (propostas de lei).
- c) A atividade governamental desenvolvida é frequentemente apoiada por um grupo tendencialmente restrito de grandes escritórios de advogados no processo de elaboração e redação do texto das leis.
- d) Desta forma, os atos legislativos que deveriam ser de natureza iminentemente pública, acabam conspurcados pela rede de interesses privados, influências e lóbis, associados a esses escritórios de advogados.
- e) Os escritórios de advogados que participaram na elaboração e redação de leis, são os mesmos que assumem a defesa de arguidos acusados de crimes previstos e punidos por essas mesmas leis. O que, consubstancia uma situação de conflito de interesses, visto que, quem participa no processo legislativo, usa essas mesmas leis para defesa dos interesses dos seus constituintes/clientes, sendo simultaneamente legisladores e advogados!
- f) Em consequência, principalmente no domínio da corrupção e demais crimes económicos, que muitas das vezes envolvem titulares de cargos políticos, ex políticos, ou pessoas próximas daqueles, temos leis feitas à medida desses arguidos. O que se traduz em inquéritos demasiado demorados e acusações votadas ao fracasso, ou em julgamentos que se arrastam *ad aeternum* sem fim à vista.
- g) Nos últimos anos aumentou o número de inquéritos abertos por crimes económicos, mas, de acordo com os dados da Direção-Geral de Política de Justiça, responsável pelas estatísticas do Ministério da Justiça, em Fevereiro de 2023 as condenações por corrupção e outros crimes económicos fixaram-se em mínimos de 16 anos!



h) Urge por isso acabar com o conflito de interesses e o corporativismo instalado no processo de produção de leis, principalmente no que respeita a crimes de corrupção e criminalidade conexas, nomeadamente, branqueamento de capitais, abuso de poder, participação económica em negócio, peculato, prevaricação, recebimento indevido de vantagem, tráfico de influência, entre outros.

I) Caso contrário, continuaremos a ter uma justiça para uns e uma justiça para outros. Ou, se quisermos, uma justiça para os poderosos, regra geral ligados à família socialista, e uma justiça para a restante população.

j) O conflito de interesses entre quem participa na criação das leis e os mesmos que usam essas mesmas leis para defesa dos interesses dos seus constituintes/clientes, é assim em grande medida responsável pelo clima de impunidade sentido em Portugal no que toca à corrupção e demais criminalidade económica envolvendo responsáveis políticos ou pessoas próximas daqueles.

Propõe-se que,

1. Com a aprovação da presente Moção, o Grupo Parlamentar do CHEGA na Assembleia da República, elabore e apresente durante a próxima legislatura um projeto de lei que regule a intervenção de advogados e sociedades de advogados no processo legislativo, por forma a acautelar eventuais situações de conflitos de interesse conforme acima exposto.

Assim, submete-se a presente Moção a votação de todos os delegados da VI Convenção Nacional do Partido CHEGA, que tem um propósito claro, objetivo, simples e concretizável, mas com significativas repercussões na luta contra a corrupção e criminalidade conexas, contribuindo para uma justiça mais eficiente e eficaz, e até mais justa!

Junta: Submissão de Moção Temática; Lista de Subscritores de Moção Temática; Termos de Aceitação.

O Militante Primeiro Subscritor

Hugo Miguel Heleno Morgado – Militante nº 5418